

# O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o patrimônio cultural dos imigrantes: o reconhecimento de novos sujeitos

*The Office of National Historical and Artistic Heritage and the cultural heritage of immigrants: the recognition of new subjects*

**Julia Wagner Pereira \***

**José Mauro Matheus Loureiro \*\***

*Artigo recebido e aprovado em outubro de 2008*

## Resumo:

O presente artigo tem por objetivo apresentar as ações de preservação do patrimônio cultural dos imigrantes no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional – Iphan,

\* Historiadora, Especialista em Patrimônio pelo Programa de Especialização em Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - PEP/IPHAN/UNESCO, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio e Museologia PPG-PMUS, no âmbito do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - em convênio com Museu de Astronomia - MAST - do Ministério da Ciência e Tecnologia. *A Cidade do Rio de Janeiro a partir de seu patrimônio tombado*. comunicação no III Simpósio Internacional de História: cultura e identidades, Associação Nacional de História / ANPUHGO – Seção Goiás (GO); *O Tombamento: breves reflexões sobre seus limites*. comunicação na IX Cidade Revelada. I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural, Itajaí (SC); *A prática institucional como forma de aprendizado*. comunicação no XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, SAB, Campo Grande (MS); *As coisas estão mudando*. Estudo do discurso do patrimônio a partir dos processos de tombamento na gestão de Renato Soeiro no Iphan (1967-1979), trabalho final do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP / IPHAN / UNESCO, Rio de Janeiro, 2007.

\*\* Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1980), mestrado (1996) e doutorado (2000) em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutorado em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (2006). Atualmente é professor adjunto IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, consultor *ad hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pesquisador colaborador da Universidade Federal da Paraíba, pesquisador colaborador do Museu de Astronomia e Ciências Afins, e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4799420J9>

pontuando avanços e limites. Pretende-se com isso ampliar o debate institucional acerca deste rico, complexo e dinâmico patrimônio, como das possibilidades de preservá-lo.

---

**Palavras-chave:**

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; patrimônio cultural dos imigrantes; preservação.

---

**Abstract:**

Abstract: This article aims to present shares of preservation the cultural heritage of immigrants under the Cultural Heritage and National Institute - IPHAN, scoring advances and limitations. It is intended to expand the institutional discussion that on this rich, complex and dynamic heritage, as the possibilities for preserving it.

---

**Keywords:**

National Historic and Artistic Heritage Office; Cultural immigrant heritage; preservation.

### *Introdução*

No final de 2007 aproximadamente cinquenta bens relacionados à cultura dos imigrantes do século XIX e início do XX como casas de madeira, casas de tijolos em estilo *enxaimel*<sup>1</sup>, igrejas, cemitérios, salões de baile e festa, vendas, estufas, celeiros, ranchos, entre outros, foram protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

A totalidade desses bens recém tombados pelo Instituto localiza-se na região Sul do Brasil, mais especificamente no Estado de Santa Catarina, e foram selecionados a partir de um extenso trabalho que vinha sendo desenvolvido há aproximadamente vinte anos pela superintendência do Iphan naquele estado, em virtude da maciça presença de imigrantes europeus na formação desse estado.

A iniciativa do órgão federal teve por objetivo valorizar a contribuição das diferentes etnias que compõem o painel cultural brasileiro, re-

---

<sup>1</sup> É uma técnica de construção que consiste em paredes montadas com hastes de madeira encaixadas entre si em posições horizontais, verticais ou inclinadas, cujos espaços são preenchidos geralmente por pedras ou tijolos.

conhecendo a importância da participação econômica, política e cultural dos imigrantes e descendentes na formação social do país. Tal medida já vinha sendo reivindicada desde os anos setenta e oitenta por grupos minoritários da sociedade, como os próprios descendentes, que passaram a criticar a composição do patrimônio brasileiro protegido pelo Estado.

Os novos bens tomados, somados aos poucos bens protegidos desde a criação do Iphan em relação à imigração brasileira, ainda representam uma parcela muito pequena da riqueza e da complexidade dos grupos imigrados, bem como das interações culturais subseqüentes. Embora a atitude do Iphan possa ser vista como positiva ao valorizar o patrimônio cultural dos diferentes grupos étnicos imigrados, como alemães, italianos, poloneses e ucranianos – o que caracteriza certo entendimento da diversidade do processo imigratório –, ela corroborou com a visão criada pelo Instituto do processo imigratório: rural e europeu.

A idéia do órgão acerca da imigração ainda limita-se ao imigrante como elemento colonizador dos territórios “não ocupados” e como substitutos da mão-de-obra escrava. O caráter “heróico” e “civilizatório” dado aos imigrantes, ainda que existente, não contribui para os debates acerca dos conflitos presentes no processo imigratório nem para a quebra de preconceitos e estereótipos socialmente construídos.

Do mesmo modo, verifica-se a exclusão de outros grupos de imigrantes como árabes (conhecidos como “turcos”), portugueses, italianos, espanhóis, africanos, japoneses, dentre outros, cuja entrada no Brasil não esteve relacionada à agricultura especificamente.

Ressaltam-se também as sucessivas ondas imigratórias após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais que ainda não mereceram, por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, um olhar mais acurado e profundo na medida em que tais grupos também compõem o mosaico cultural brasileiro.

O presente trabalho, apresentado no III Seminário Sobre a Imigração Italiana em Minas Gerais no dia 27 de outubro de 2007, teve por objetivo apresentar um panorama das ações de preservação realizadas pelo Iphan em relação ao patrimônio cultural dos imigrantes no Brasil, buscando apontar as iniciativas positivas do órgão, assim como os limites e dificuldades.

Somando-se a isso, o trabalho pretende também divulgar as possibilidades de preservação do patrimônio cultural dos imigrantes pelo órgão federal, entendendo que o diálogo e a troca entre os imigrantes e descendentes e o Instituto são etapas importantes para a valorização deste rico e dinâmico patrimônio.

### 1. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a preservação do patrimônio brasileiro

Em 1936, consolidando os projetos de leis estaduais anteriores e algumas ações pontuais de preservação do patrimônio, é criado, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan com objetivo de sistematizar as ações de preservação do patrimônio cultural no Brasil.

A criação do Serviço do Patrimônio, como o órgão federal ficou conhecido, integrava o projeto político-ideológico de nacionalização do Estado Brasileiro dos anos de 1930, cuja uma das propostas era a construção da nacionalidade através de referências simbólicas, que deveriam impingir unidade e impedir qualquer feição plural da nação<sup>2</sup>.

Os debates acerca da identidade nacional, iniciados no século XIX, avançaram durante o século XX ganhando maior fôlego após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a Europa continental, devastada pelos conflitos, deixou de ser o modelo de civilização<sup>3</sup>. Segundo os críticos que se debruçaram nesse debate, a “inautenticidade” da cultura brasileira seria resultado do que era então compreendido como um largo trabalho de imitação das idéias e costumes estrangeiros, principalmente os franceses<sup>4</sup>.

A crise da bolsa de valores norte-americana em 1929 também contribuiu para que intelectuais brasileiros voltassem os olhares para o Brasil, um país “novo” e cheio de potencialidades até então “desconhecidas”. Os mesmos intelectuais foram surpreendidos pela constatação de que pouco sabiam sobre a cultura de sua pátria.

É nesse momento que surgem inúmeros estudos com a proposta de pensar quem era o “povo” do Brasil, na medida em que a compreensão das singularidades nacionais pudesse contribuir para a orientação de novas diretrizes a serem traçadas. Não é casual, portanto, que entre os anos de 1920 a 1940 tenham sido produzidos ensaios

<sup>2</sup> CHUVA, Márcia R. R. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Niterói: 1998. Tese apresentada a Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

<sup>3</sup> VELLOSO, Mônica. *Que cara tem o Brasil? : culturas e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. p.27.

<sup>4</sup> GONTIJO, Rebeca. *Identidade nacional e o ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”*. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. ABREU, Marta; SOIHET, Rachel (Orgs). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

tão significativos para a compreensão do país e que suas interpretações povoem ainda de forma vigorosa nosso imaginário político<sup>5</sup>.

O Movimento Modernista dos anos de 1920 tomou para si a “missão” de desvelar a “autêntica tradição brasileira”, sendo necessário investir na sua constituição. Baseando-se na “inexistência” da cultura brasileira, renomados intelectuais do período envolveram-se nessa busca pelas origens do Brasil.

O Serviço do Patrimônio tornou-se um dos palcos desse projeto de construção simbólica da nação. Para a corrente de modernistas que atuou junto ao Sphan a produção colonial do Brasil era parte de uma herança européia, mais especificamente a lusa. A arquitetura colonial e as obras barrocas dos séculos XVI, XVII e XVIII, ainda que manifestações tipicamente brasileiras, representavam, segundo tal grupo, a apropriação “popular” do erudito trazido de Portugal. As cidades barrocas de Minas Gerais foram identificadas como o berço da civilização brasileira, ainda “autênticas” e de “estilo puro” em relação às cópias ecléticas do século XIX.

Alia-se a isso o fato de que os remanescentes de obras de arte mineiras estavam sendo alvo de saques e de comercialização indevida, vendidos por antiquários brasileiros a colecionadores, sobretudo estrangeiros<sup>6</sup>. Em 1936, em palestra ao jornal Diário da Noite, Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro Diretor do Sphan, sinalizava as múltiplas e variadas incumbências do Serviço, porém a principal delas voltava-se para na realização do tombamento geral dos monumentos a fim de evitar a evasão das obras, objetos de arte e de história, dignos de nossa tradição e apreço<sup>7</sup>.

A feição brasileira seria, portanto, fruto deste “amolecimento” da cultura lusa, onde a “nossa história”, segundo o primeiro Diretor do Sphan, não caberia “no espaço exíguo dos quatro séculos que vive-

<sup>5</sup> GOMES, A. M. C.. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: Fernando Novaes; L. Schwacz. (Org.). *História da Vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, p. 489-558, 1998. Os intelectuais desse período ficaram conhecidos como “pensadores do Brasil”, sendo Antonio Candido, Caio Prado Junior, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto da Matta, Francisco Adolfo Varnhagen, Josué de Castro, Celso Furtado e Raymundo Faoro, os principais autores.

<sup>6</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2005. p. 107.

<sup>7</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; SPHAN; Pró-Memória, 1987. p. 24

mos”, mas se alongava “enormemente à trás (sic), ligada à história dos povos que nos constituíram<sup>8</sup>.

A consagração do barroco brasileiro era, antes de tudo, um trabalho voltado para a integração da produção nacional à produção universal da arte, inserindo-a em um processo civilizatório europeu considerado universal. Desse modo, a produção artística brasileira, embora tivesse especificidades nacionais, estaria inserida num contínuo artístico e histórico que unia o Brasil ao mundo “civilizado”, conforme as concepções de Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa<sup>9</sup>.

Pautando-se em cânones artísticos e históricos da época e na valorização desse pertencimento à civilização ocidental privilegiou-se como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional as construções e obras do período colonial relacionadas às sedes de poder administrativo (o Estado), ao catolicismo e aos ciclos econômicos.

O acervo nacional protegido, que se tornou hegemônico no Brasil e influenciou durante muitos anos a concepção de patrimônio no cenário brasileiro, passou a ser alvo de críticas nos anos de 1970 e 1980. Os debates internacionais e nacionais acerca do patrimônio voltaram-se para as ações pretéritas dos órgãos de preservação, que estavam assentadas nas idéias de “tradição”, “civilização” e homogeneidade da nação.

Como reflexo desses debates verifica-se no Brasil uma ampliação do conceito de patrimônio com base em um conceito antropológico de cultura, buscando valorizar uma variedade de épocas históricas e de ambientes sociológicos, como as manifestações e os fazeres culturais, tornando-se relevante, inclusive, as particularidades de diferentes grupos<sup>10</sup>.

Em virtude desse clima de contestações, ampliado pela participação de parcelas minoritárias e marginalizadas da sociedade nesses debates, o órgão federal - agora Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -, é pressionado a rever alguns critérios, valores e práticas tradicionalmente empregadas.

Ainda que algumas mudanças importantes no que tange à seleção do patrimônio nacional tenham ocorrido nesse período<sup>11</sup>, a

<sup>8</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>9</sup> CHUVA, 2003.

<sup>10</sup> CHUVA, Márcia R. R. Patrimônio Imaterial: práticas culturais na construção de identidades de grupos. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Reflexões e contribuições para a educação patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG, pp. 81-90, 2002.

<sup>11</sup> Foram incorporadas ao acervo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional edificações ecléticas (neoclássico) do século XIX, como pontes e mercados de estrutura metálica,

ação do órgão manteve-se, no geral, muito uniforme e contínua em relação aos seus anos iniciais.

As maiores transformações efetuadas pelo Iphan nessa época relacionam-se às práticas de preservação, principalmente no que tange à instrução dos processos de tombamento. Para além da documentação fotográfica e parecer do profissional do órgão, outros documentos foram acrescentados aos processos, espelhando uma maior preocupação com a área de entorno<sup>12</sup>, com a demarcação de gabaritos e da poligonal, a visão de conjunto, com a elaboração de pesquisas e levantamentos históricos para subsidiar as análises valorativas posteriores.

Somando a isso, verificou-se o aumento da produção de inventários dos bens móveis e dos bens integrados (pinturas, talhas, sancas, etc.) pertencentes às edificações. A produção de inventários é retomada nesse momento pelas antigas coordenações regionais<sup>13</sup> que, no seu dia-a-dia, estavam vivenciando de perto as limitações dos critérios de seleção utilizados pela Instituição<sup>14</sup>. Desse modo, alguns trabalhos de pesquisa e mapeamento de bens culturais foram iniciados com objetivo de conhecer da produção cultural específica e exclusiva das regiões.

É importante ressaltar que a elaboração de inventários de bens móveis e imóveis para a proteção já havia sido levantada nos primeiros anos do órgão<sup>15</sup>, no entanto, não chegaram a constituir uma prática efetiva, sendo implantadas, ainda que timidamente, apenas nesse momento.

Data ainda dos anos setenta a criação de inúmeros órgãos estaduais e municipais de preservação do patrimônio cultural que, incentivados pelo Iphan e pelo Ministério da Educação e Cultura<sup>16</sup>, tinham

---

sobrados do período imperial, entre outros, e imóveis de outros estilos do século XX, como o art-decô e o art-nouveau, e construções “populares”, representadas por armazéns de áreas portuárias e indústrias caseiras.

<sup>12</sup> A Carta de Veneza de 1964 foi um dos primeiros documentos no campo da preservação do patrimônio a apontar a importância do entorno e do conjunto para o entendimento dos bens culturais, até então vistos como bens isolados, únicos e excepcionais em seu contexto.

<sup>13</sup> Na gestão de Renato Soeiro no Iphan (1967-1979) houve um aumento significativo do número de coordenações regionais, que atualmente são chamadas de superintendências regionais.

<sup>14</sup> MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Resende (orgs.) *Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 17.

<sup>15</sup> De acordo com Rodrigo Melo Franco de Andrade, o primeiro Diretor do órgão, o Serviço estava responsável pela conservação e restauração do patrimônio, o enriquecimento e a propagação do conhecimento dos bens que constituem o “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” e a produção de inventários com vistas à realização de tombamento dos bens. (ANDRADE, 1987, p. 24).

<sup>16</sup> Os encontros de governadores de Brasília e Salvador, nos anos de 1970 e 1971 respectivamente, foram realizados com objetivo de incentivar a preservação do patrimônio no âmbito regional.

a tarefa de complementar as atividades preservacionistas encabeçadas pela esfera federal.<sup>17</sup> Caberia a essas novas agências estudar, inventariar, proteger e conservar os bens culturais das respectivas regiões, entretanto, a maior parte de suas propostas e ações iniciais seguiu o modelo federal, tomando como referência os critérios e hierarquias adotadas pelo Iphan.<sup>18</sup>

Nos anos de 1979, após uma reformulação administrativa o órgão passou a contar com uma estrutura dupla – a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória –, que visava possibilitar maior velocidade e recursos nas ações de preservação do patrimônio nacional.

Aloísio Magalhães, Diretor do órgão nesse período, procurou imprimir um ritmo diferente à instituição a partir da defesa de um patrimônio mais abrangente e democrático. Tais idéias, embora bastante renovadoras, encontraram uma série de dificuldades na prática, muito em função da permanência de valores pré-estabelecidos na seleção e avaliação do patrimônio.

Dando prosseguimento as atividades iniciadas pelo Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC<sup>19</sup> – na década de setenta, a Fundação Nacional Pró-Memória assume os quatro programas de trabalho: i) mapeamento do artesanato brasileiro, ii) levantamentos socioculturais, iii) história da ciência e da tecnologia no Brasil e iv) levantamento de documentação sobre o Brasil.

Foi no âmbito do programa Mapeamento do artesanato brasileiro que se obtiveram os resultados mais significativos, seja em torno das experiências, seja em termos de elaboração de uma problemática. A proposta do CNRC era lançar um olhar novo sobre os processos culturais, buscando um modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais e compatível com os diferentes contextos culturais brasileiros<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> Como exemplo pode-se destacar o próprio caso mineiro, no qual Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA data de 30 de setembro de 1971. Em 1993, o IEPHA é reorganizado a partir da Lei n. 11.258 de 28 de outubro.

<sup>18</sup> Para a arquiteta Lia Motta (2000), ao invés de formularem seus próprios critérios de análise, os órgãos locais reproduziram os critérios tradicionalmente empregados pela esfera federal em nível local. Ao receber do Iphan a indicação dos bens que teriam “valor regional” criou-se uma hierarquização do valor arquitetônico dos imóveis.

<sup>19</sup> O CNRC foi criado em 1975 a partir de um contrato firmado entre o Ministério da Indústria e do Comércio, através da Secretaria de Tecnologia Industrial, e o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura. Estava, até a sua junção com a Secretaria de Patrimônio Histórico Nacional, sob a coordenação de Aloísio Magalhães.

<sup>20</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2005. p.147-148



Os debates, reflexões e críticas acerca das definições e das ações de preservação do patrimônio cultural que estavam movimentando o cenário internacional<sup>21</sup> e nacional repercutiram na própria Constituição Federal do Brasil de 1988, onde o conceito de patrimônio cultural adotado aproximou-se das interpretações da Antropologia no que se refere à cultura e manifestações culturais.

De acordo com o artigo 216<sup>22</sup> constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A diversidade patrimonial expressa na Constituição Federal, valorizando as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional<sup>23</sup>, ainda não tinha sido alvo das ações diretas de preservação do Iphan. O órgão federal estava sendo criticado por privilegiar excessivamente como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional construções relacionadas às sedes de poder político, religioso, militar, da classe dominante com seus feitos e modos de vida.

Buscando maior diálogo com as novas demandas e interpretações acerca do patrimônio, o Sphan realizou alguns tombamentos que se tornaram emblemáticos nessa tentativa de renovação, como o Terreiro da Casa Branca ou Ilê Axé Iyá Nassô Oká em Salvador (BA) nos idos de 1986<sup>24</sup>, o prédio da Fábrica Santa Amélia em São Luís (MA), o Presépio de Pipiripau<sup>25</sup> em Belo Horizonte (MG) e a Fábrica

<sup>21</sup> Inúmeros documentos internacionais foram produzidos pelos organismos internacionais como UNESCO, Conselho Internacional de Museus – ICOM, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais – ICCROM visando apresentar idéias e conceitos que atendessem às ovas demandas.

<sup>22</sup> Título VIII, Capítulo III, Seção II.

<sup>23</sup> Constituição Federal. Título XVIII, Capítulo III, Seção II. Artigo 215.

<sup>24</sup> Outro tombamento semelhante, o do Terreiro do Axé Opô Afonjá, também Salvador (BA), demorou mais de dez anos para ser realizado, sendo reconhecido como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional apenas em 2000. Para maiores dúvidas ver: site do Arquivo Noronha Santos, IPHAN ([www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm](http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm))

<sup>25</sup> O Presépio do Pipiripau foi criado e armado por Raimundo Machado de Azevedo no período compreendido entre 1906-1976. A origem do nome deve-se ao fato de localizar-

de Vinho Tito Silva<sup>26</sup> em João Pessoa (PB), onde além do prédio, foram preservados a maquinaria e o equipamento visando preservar a técnica industrial.

Somando-se às atividades de novos tombamentos, inventários, estudos e levantamentos, de obras de restauração e conservação dos bens, de registro e pesquisas de sítios arqueológicos e de produção bibliográfica especializada, iniciaram-se os trabalhos voltados à preservação do patrimônio imaterial do Brasil.

Em 2000, é instituído, a partir do Decreto n. 3.551, de 4 de agosto, a figura do Registro de bens culturais de natureza imaterial e criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Após oito anos a política institucional de preservação do patrimônio imaterial ainda enfrenta grandes desafios e limites, tanto no que se refere à esfera conceitual como a jurídica. Verifica-se, no entanto, uma ação forte no sentido de recuperar o “tempo perdido” e registrar diferentes manifestações culturais existentes no Brasil, entendidas como parte essencial da “alma” nacional.

Nessa síntese da Instituição, podemos inferir mudanças importantes no cenário da preservação do patrimônio no Brasil, no qual o órgão federal foi confrontado por importantes críticas e grupos sociais excluídos das políticas públicas de patrimônio cultural, como os imigrantes e seus descendentes.

## *2. A valorização do Patrimônio Cultural dos imigrantes pelo Iphan*

O Palácio dos Príncipes de Joinville, hoje Museu Nacional da Imigração e Colonização, foi o primeiro bem tombado relacionado à temática da imigração. A edificação do século XIX na cidade de Joinville (SC) foi inscrita em 1938 no Livro de Belas Artes em virtude de sua excepcionalidade estilística.

Em seguida, o Cemitério Protestante Dona Francisca, localizado na cidade de Joinville (SC), antiga Colônia Dona Francisca, foi

---

se na região denominada Pipiripau. O presépio é composto por 45 cenas distintas, entre religiosas (cenas da vida de Cristo) e profanas, dispostas sem a preocupação de seqüência cronológica, em cinco planos, onde as pinturas das paredes laterais e do fundo dão continuidade e unidade às cenas. Fonte: [www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm](http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm)

<sup>26</sup> A fábrica, fundada em 1892 por Tito Henrique da Silva, passou na década de 30 por processo de modernização, funcionando normalmente até o início da década de 80, quando seu patrimônio foi leiloado para pagar dívidas junto ao Governo. O prédio se constitui por três blocos independentes, interligados por pátios internos. A empresa possui entre outros objetos raros, 20 toneladas de madeira de lei de 1892, prensas manuais e uma máquina de rotular alemã de 1930. Fonte: [www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm](http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm)

protegido pelo Iphan em função “do sentido histórico da fundação da antiga colônia Dona Francisca e o alcance e significação da obra realizada no sul do país pelos nossos patrícios de ascendência germânica”, conforme explicou o arquiteto Lúcio Costa.<sup>27</sup>

Costa, então diretor da Divisão de Estudos e Tombamento do Sphan, argumentava, nos anos de 1962, favoravelmente ao tombamento do “antigo cemitério fundado pelo pastor Hoffmann no Livro do Tombo Histórico”, conservando o “aspecto agreste” através da não retirada das árvores “a pretexto de zelar pela proteção das sepulturas, pois essa impressão de cultivado abandonado, que lhe confere ar romântico, é o que importa preservar”.

Novos tombamentos relacionados à imigração só seriam realizados na década de oitenta, o que pode ser justificado pelo momento político no qual o Brasil havia passado, principalmente nos anos de Getúlio Vargas e da Segunda Guerra Mundial. A situação delicada dos imigrantes e descendentes de italianos, alemães e japoneses à época da guerra talvez tenha sido um dos motivos para esse “silêncio” patrimonial.

Mesmo após tal período, já em momento de abertura política, não houve uma mudança quantitativa, visto que até a década de noventa, havia apenas oito bens tombados relacionados ao universo da imigração, como se pode ver no quadro abaixo:

**Tabela 1:** Bens tombados de 1938-1990

N.	Bem	Processo	Local	Livro de Tombo
1.	Palácio dos Príncipes	161-T-38	Joinville, SC	Livro Belas Artes, 1939
2.	Cemitério protestante	659-T-62	Joinville, SC	Livro AEP <sup>1</sup> e Histórico, 1962
3.	Casa Presser	1113-T-84	Novo Hamburgo, RS	Belas Artes, 1985 AEP e Histórico, 1986
4.	Casarão do Chá	1124-T-84	Mogi das Cruzes, SP	Livro AEP e Histórico, 1986
5.	Escola Rural e Casa do Professor	1141-T-85	Rio dos Cedros, SC	Livro Belas Artes, 1985 Histórico e AEP, 1986
6.	Casa D. Neni	1145-T-85	Antonio Prado, RS	Belas Artes, 1985
7.	Ponte do Imperador ou Buraco do Diabo	1165-T-85	Ivoti, RS	Livro Histórico, 1988
8.	CAU <sup>2</sup> de Antônio Prado	1248-T-85	Antonio Prado, RS	AEP e Histórico, 1990

**Fonte:** Arquivo Noronha Santos/Iphan

<sup>1</sup> Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

<sup>2</sup> Conjunto Arquitetônico e Urbano.

<sup>27</sup> Parecer de 1962. Processo: 659-T-62. Arquivo Noronha Santos.

O “aumento” do número de tombamentos nos anos oitenta estaria relacionado às contestações por parte de diferentes grupos sociais e pelas propostas de ampliação das ações do Iphan. De todos apresentados acima, apenas o Casarão do Chá não se encontra nos estados do sul do Brasil, constituindo-se uma exceção desse universo protegido.

O entendimento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como obra de arte, revestido de qualidade artística conforme os referenciais acadêmicos universais, a valorização da produção barroca e colonial, os critérios de excepcionalidade e monumentalidade para a seleção dos bens adotados nos anos iniciais do Iphan contribuíram para a definição de um conceito de patrimônio que circunscreveu as ações dos períodos subsequentes. Desse modo, muitos bens culturais e grupos sociais foram excluídos da valorização e preservação federal por não se “adequarem” totalmente ao modelo referencial de patrimônio nacional.

Com intuito de melhor conhecer os bens e manifestações culturais das regiões e buscando a revisão dos critérios tradicionais, as coordenações regionais do Iphan (atuais superintendências regionais) iniciaram a realização de inventários. No que se refere à temática da imigração, verifica-se uma produção de inventários restrita à região sul do Brasil.

**Tabela 2:** Inventários nos Estados do Sul, de 1980-1990.

Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Inventário da arquitetura dos imigrantes poloneses, 1990	Inventário das correntes migratórias, 1983	Levantamento do centro histórico de Antônio Prado, 1986
O Paraná da gente: terra - história - memória, 1993	Inventário de emergência - região dos imigrantes, 1990	Inventário dos bens culturais do Rio Grande do Sul, 1987
	Inventário dos bens culturais de Santa Catarina, 1990	Projeto Eclésia - bens imóveis religiosos nos municípios sob a jurisdição do bispado de Novo Hamburgo, s/d
		Projeto ECIRS - Elementos culturais das antigas colônias italianas no norte do Rio Grande do Sul, s/d
		Preservação e valorização da paisagem urbana em núcleos de imigração alemã e italiana no RS, s/d

**Fonte:** MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Resende (orgs.) *Inventários de identificação*: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

Apesar da grande quantidade de inventários nesse período, apenas o Inventário de emergência de Santa Catarina e o Levantamento do centro histórico de Antônio Prado tiveram como consequência o tombamento.<sup>28</sup> Os inventários realizados em Santa Catarina, em parceria com o governo do Estado e com as prefeituras municipais, transformaram-se no atual projeto denominado “Roteiros Nacionais de Imigração”.

Aproveitando os estudos e levantamento já efetuados, o Roteiro tem a proposta de tornar “conhecido, reconhecido e valorizado o patrimônio de milhares de imigrantes que vieram para o Brasil a partir do século XIX”, viabilizando sua “sobrevivência para que as gerações futuras possam identificar-se através do curso da história”. Espera-se com isso abrir um canal para a reflexão sobre a composição da nação brasileira, suas peculiaridades, especificidades, misturas (sic) e diferenças, participando, de alguma forma, da busca de “um mundo melhor e mais justo”.<sup>29</sup>

O referido Roteiro compreende não apenas um vasto catálogo arquitetônico da produção arquitetônica da região, bem como as adaptações e variações, mas também o desenvolvimento de projetos de incentivo turístico, com planos de sinalização, de criação de centros de recepção e venda de produtos tradicionais.<sup>30</sup> Pretende-se ainda refletir acerca da adequação dos instrumentos legais de preservação do patrimônio e da paisagem cultural, elaborando conjuntamente normas e planos de preservação regionais.

Rompendo os limites “geográficos” da imigração no Brasil, a Superintendência Regional do Espírito Santo (21<sup>a</sup>) iniciou, em 2005, um trabalho semelhante, denominado “Ocupação territorial da imigração italiana no Espírito Santo”<sup>31</sup>. Iniciando em um dos portos de “entrada” dos imigrantes, o levantamento tem por objetivo estudar os remanes-

<sup>28</sup> Embora os inventários sejam uma das formas de preservação dos bens culturais, no entanto, não consistem em uma medida legal, sendo necessário aliar-se a outras formas de proteção.

<sup>29</sup> IPHAN. *Roteiros Nacionais de Imigração*. Santa Catarina. Folder de divulgação. 2<sup>a</sup> edição, março de 2007.

<sup>30</sup> O desmembramento dos antigos lotes coloniais, a fuga dos jovens para áreas urbanas e o conseqüente abandono do modo de vida agrário e das tradições dos imigrantes, a chegada da energia elétrica, que tornou obsoleto os equipamentos movidos à água ou força animal, a existência de grandes fábricas na região, atraindo trabalhadores e modificando o cenário do estabelecimento imigratório, consistem nos principais motivos para a aliança da preservação com o turismo.

<sup>31</sup> Projeto desenvolvido no âmbito do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP/IPHAN/UNESCO, pela arquiteta Lorenza C. Gomes, sob a coordenação de Carol de Abreu.

centes arquitetônicos – residências, conjunto laborial e outros espaços coletivos – ao longo do trajeto de interiorização dos imigrantes.

Na produção do levantamento da ocupação territorial já foi possível verificar a importância na memória coletiva do grupo de italianos de algumas edificações, como as Casas de Quarentena, localizadas nos portos de chegada, e as Vendas. Além da realização do referido inventário, a pesquisa busca também produzir conhecimento para subsidiar programas de educação patrimonial junto às comunidades descendentes.

Em relação à preservação do patrimônio imaterial, o órgão realizou recentemente um seminário para discutir uma política pública voltada para o reconhecimento da pluralidade lingüística como direito de cidadania. Segundo o Iphan são faladas no Brasil mais de duzentas línguas em comunidades que compõem o território nacional, cuja valorização continua praticamente restrita aos meios acadêmicos.

Participaram do referido seminário os representantes do Nheengatu, língua geral da Amazônia, do Guarani, da Gira da Tabatinga, língua afro-brasileira, do Hunsruckusch, língua alemã, do Talian, língua italiana e da Libra, língua brasileira de sinais. Dentre as questões debatidas, uma delas refere-se à possível abertura do Livro das Línguas, somando-se aos outros já existentes.<sup>32</sup>

Os representantes da língua Talian solicitaram ao Iphan o seu registro como patrimônio imaterial do Brasil, no entanto, esse pedido foi negado, por razões que desconhecemos. O que importa frisar é que já houve, por parte dos descendentes, algum tipo de movimentação no sentido de preservar no âmbito do patrimônio intangível características do grupo.

Além do tombamento e do registro de patrimônio imaterial, a criação de museus regionais e locais também constituem importantes iniciativas de preservação de memórias, histórias e objetos relacionados às trajetórias dos pioneiros das regiões. A partir da década de setenta, novas práticas desenvolvidas nos museus buscavam o respeito à diversidade cultural, a integração do museu às diversas realidades locais e a defesa cultural de minorias étnica e povos carentes.

Acompanhando o *boom* dos museus dos anos oitenta, o Museu ao Ar Livre de Orleans, na cidade do mesmo nome, em Santa Catarina, foi uma iniciativa particular que contou com o apoio institucional do então CNRC. Nascido de esforço de alguns moradores em virtude das

<sup>32</sup> Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares.

inúmeras enchentes que assolavam a região, o museu foi aberto em um extenso terreno, aproximando-se da linha dos ecomuseus (sic), no qual cada peça e maquinário do trabalho dos imigrantes contavam com detalhada documentação, por meio de fotografias, textos e desenhos, além do relato do artesão encarregado da tarefa<sup>33</sup>.

Da parceria da secretaria de Turismo do município e da prefeitura com o governo do Estado e com a Universidade de Caxias do Sul (UCS) nasceu o Roteiro Cultural de Antônio Prado. O tombamento pelo Iphan de 48 casas de madeiras, construídas no século XIX por imigrantes italianos, foi alvo de inúmeros ataques por parte da sociedade, inclusive dos proprietários. A insatisfação local à medida de acautelamento pode ser vista nos documentos e cartas escritos ao órgão contestando o tombamento<sup>34</sup>. O Roteiro teve por objetivo recuperar a história da construção das casas visando a valorização das residências e das memórias de seus construtores através de entrevistas com os antigos moradores.

A proposta enfrentou resistências e dificuldades, mas obteve êxito e se transformou em uma das principais atrações turísticas da cidade. Ao recuperar com os antigos construtores e seus familiares a história das casas, recuperou-se também a saga das famílias, suas lembranças e memórias. O material reunido foi transformado em um livro – “Memória e Identidade do Patrimônio Artístico e Cultural” –, em um guia de visita contendo o mapa do Centro Histórico, em um vídeo sobre o município e um CD – guia sonorizado que narra a história das 48 moradias históricas.

Face ao que foi apresentado podemos ver a variedade de iniciativas e propostas que visam a preservação do patrimônio cultural dos imigrantes, incluindo aí um sem número de projetos particulares que, embora não amplamente divulgados, tem enorme importância nas suas comunidades.

Do mesmo modo, é possível que existam outras iniciativas por parte do Iphan que ainda se encontram em fase de estudo e desenvolvimento, sem um “produto” finalizado, como bens inventariados, tombados, registrados ou musealizados.

<sup>33</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2005. p.149.

<sup>34</sup> Em termos técnicos tais documentos recebem o nome de impugnação.

### 3. *Algumas considerações:*

A recente incorporação de muitos bens culturais dos imigrantes ao acervo nacional é um dado importante no histórico do Iphan, na medida em que esteve durante muitos anos preso a um modelo de patrimônio, cujas características estética-estilísticas e de excepcionalidade excluíram boa parcela das manifestações culturais de natureza popular, vernacular e imaterial.

Por outro lado, a seleção desses bens reafirmou uma visão de imigrante construída pelo órgão ao longo dos anos - restrito à área rural. A valorização desse imigrante “agrário”, ainda que numericamente muito maior do que o imigrante “urbano”, pode ser fruto de uma visão romântica de pureza e autenticidade das manifestações culturais em regiões de “poucos” contatos e trocas.

Para o instituto de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional a representação do processo imigratório brasileiro ficou, durante muito tempo, restrita aos imigrantes que se estabeleceram no sul do país. Não há ainda no Iphan projetos de preservação que se remetam ao início da industrialização brasileira, cujos imigrantes têm papel importante através da constituição das primeiras agremiações políticas e da introdução dos ideais anarquistas. Do mesmo modo, não há pesquisas que discutam o papel dos imigrantes nos cenários urbanos, nas cidades, nas trocas linguísticas e culinárias na atualidade.

As hospedarias dos imigrantes, casas de espera antes de serem encaminhados aos locais de trabalho, as ferrovias, que levavam os imigrantes para as inúmeras fazendas de café no interior de São Paulo, por exemplo, também não figuram como bens representativos da participação desses grupos no contexto brasileiro. Talvez o inventário do Bairro Bom Retiro na capital paulista<sup>35</sup>, constituído por diferentes grupos étnicos, venha ajudar a romper a visão rural da imigração brasileira.

A valorização do imigrante como elemento colonizador (e civilizador) dos “vazios” geográficos no sul do Brasil restringiu o entendimento da pluralidade do processo imigratório, não limitado apenas aos italianos, alemães e eslavos. Os japoneses da São Paulo rural, os suíços do Estado do Rio de Janeiro, os portugueses de Niterói (RJ), os árabes e judeus da região Norte e Centro Oeste do Brasil, os africanos e asiáticos imigrantes do século XXI, dentre outros, não foram ainda “incluídos” por parte do Iphan na imigração brasileira.

<sup>35</sup> O referido inventário está sendo desenvolvido no âmbito do Iphan.



De indiscutível qualidade técnica, gráfica e documental, os trabalhos “Roteiros Nacionais de Imigração” (SC) e “Ocupação territorial da imigração italiana no Espírito Santo” (ES) focaram no registro arquitetônico como o patrimônio cultural dos imigrantes a ser protegido. Mesmo assumindo e valorizando a diversidade étnica e cultural dos grupos imigrados, assim como os processos de adaptações e de permanências culturais, os projetos tomam as edificações – casas, ranchos, igrejas, vendas, salões, entre outros, como o testemunho da presença de tais grupos, animadas pelas tradições que se mantêm vivas em toda a região.

As expressões culturais tais como a culinária, as músicas, os dialetos, as festividades, a indumentária, os laços de solidariedade e de identidade ficaram como complemento ilustrativo dos bens valorizados. Tais manifestações, que poderiam ser identificadas na atual segmentação do patrimônio, como patrimônio imaterial, não suscitaram amplos debates no contexto nacional. Com exceção do Inventário do Bom Retiro em São Paulo (SP), não há, conforme o sítio eletrônico do Iphan, nenhum outro inventário em desenvolvimento que esteja relacionado à temática da imigração.

O entendimento atual de que a nação brasileira não é algo acabado, mas heterogênea e em permanente processo de transformação, permite o constate diálogo com grupos e manifestações culturais de diferentes locais, tempos e características. As diferentes heranças culturais, antes de ser patrimônio instituído, são parte do dia a dia de diversos segmentos sociais, onde memórias e identidades são, ao mesmo tempo, mantidas e re-significadas em uma dinâmica própria.

O patrimônio cultural dos imigrantes faz parte desse jogo, no qual determinadas manifestações deixaram de ser feitas ou realizadas, como outras mudaram e continuam no cotidiano de muitos grupos. Preservar essas manifestações não significa retirá-las de seu contexto, mas procurar um meio de que a salvaguarda seja um trabalho coletivo e aberto ao debate.

Durante muitos anos o Iphan esteve distante desse debate, o que repercutiu na constituição de um acervo sem grandes identificações sociais, no entanto, algumas iniciativas atuais podem contribuir para uma mudança nessa relação. Os inventários, os museus comunitários e regionais, as pesquisas e levantamentos nos locais, as entrevistas permitem um contato maior com diferentes grupos, com versões e objetivos variados.

Aliando-se às iniciativas particulares o Iphan pode também renovar e ampliar suas ações e valores, abandonando a visão do patri-

mônio cultural como algo de valor intrínseco e adotando os diálogos e as disputas em torno do que seja “patrimônio”. Ao entendê-lo como lutas de guarda de fronteiras, assume-se a postura de que são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público<sup>36</sup>.

O Iphan não é a única forma de preservar os diferentes patrimônios, há a ação dos estados e municípios que trabalham nas esferas regionais, como as já citadas iniciativas particulares, que se complementam. Entretanto, algumas mudanças verificadas no órgão permitem um espaço para que novos diálogos se iniciem e outras heranças sejam alvo de uma política pública de patrimônio através de subsídios de recursos, de divulgação e de ajuda técnica especializada.

O presente trabalho buscou apresentar essas possibilidades tomando os limites e os preconceitos ainda vigentes no órgão como ponto de partida. O patrimônio cultural não se restringe apenas a objetos, estruturas arquitetônicas, conjuntos rurais e urbanos, coleções artísticas, festas, músicas, comidas, vestimentas, dentre outros, mas nos sentidos e significados que tais bens expressam nas comunidades que pertencem. Não é um campo neutro, muito menos dissociado de questões e valores políticos e ideológicos.

Toda e qualquer ação de preservação do patrimônio cultural antes de ser meramente técnica, acadêmica e científica, não deve perder de vista que o maior patrimônio são as pessoas que produzem, reproduzem e re-significam as suas heranças e visões a todo o momento.

Ao expor as ações e alternativas para a preservação do patrimônio cultural dos imigrantes, tanto na esfera pública como privada, como o tombamento, o registro de bens de natureza imaterial, os inventários, museus, os roteiros turísticos e outras iniciativas, pretendeu-se apresentar um leque de possibilidades que, ao serem compreendidas nos seus objetivos e restrições, contribuem para a valorização de diferentes heranças culturais do Brasil.

### Referências bibliográficas:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (orgs). *Museus, coleções e patrimônios*: narrativas polifônicas. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

<sup>36</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC, 2002. p.121-2.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; SPHAN; Pró-Memória, 1987.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acesso abril/2008.

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia R. R. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Niterói: 1998. Tese apresentada a Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

\_\_\_\_\_. Patrimônio Imaterial: práticas culturais na construção de identidades de grupos. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Reflexões e contribuições para a educação patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG. pp. 81-90, 2002.

\_\_\_\_\_. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi: Revista de História*. Volume 4, número 7. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras. p. 313-333, 2004.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio Histórico e Cidadania: uma discussão necessária. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 9-11,

COSTA, Lúcio. Documentos de Trabalho. PESSÔA, José (org.) *Edições do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2005.

GOMES, A. M. C.. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: Fernando Novaes; L. Schwacz; (Org.). *História da Vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 4. 1998. p. 489-558,

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

\_\_\_\_\_. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, volume 1, número 2, 1988.

\_\_\_\_\_. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. *Cidade: história e desafios*. OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC, 2002.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e o ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. *Ensino de História: conceitos, temáticas e*

- metodologia. ABREU, Marta; SOIHET, Rachel (Orgs). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas Patrimoniais*. CURY, Isabelle (org.) 3ª Edição – Revista e ampliada. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.
- JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: *Cadernos de diretrizes museológicas*. Brasília: MinC, IPHAN / DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2ª edição, p. 19-32, 2006.
- MAGALHAES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Fundação Nacional Pró-Memória, 1997.
- MOTTA, Lia. Cidades Mineiras e o IPHAN. *Cidade: história e desafios*. OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 123-152.
- \_\_\_\_\_. *Patrimônio urbano e memória social*. Práticas discursivas e seletivas de preservação cultural. 1975 a 1990. Rio de Janeiro: 2000. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.
- MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Resende (orgs.) *Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Coleção Descobrimos o Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- RUBINO, Silvana. *As Fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Campinas: 1991. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. O Mapa do Brasil Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidadania. Número 24, 1996. p. 97-105.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidadania. Número 24, 1996. p. 77-96
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e Política Cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Volume 19, Número 55, junho/2004.
- VELLOSO, Mônica. *Que cara tem o Brasil? : culturas e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.